

**O poder invisível: A influência dos *think tanks* na opinião pública e decisões políticas no
Brasil**

Max George do Monte Costa Medeiros

Endereço Eletrônico: Maxmedeiros13@gmail.com

Discente na Universidade Federal Rural do Semi Árido

Brannda Cosmo da Silva

Endereço Eletrônico: Brenndacs@gmail.com

Biotechnologista formada na Universidade Federal Rural do Semi Árido

Valdemar Siqueira Filho

Endereço Eletrônico: Dhemah@uol.com.br

Doscente na Universidade Federal Rural do Semi Árido

Área Temática: Opinião Pública e Comunicação Política

Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP).

Montevidéu, 26 a 28 de julho de 2017.

RESUMO

O presente artigo tem a proposta de expor a influência exercida por meio dos *think tanks* na opinião pública brasileira dentro de suas percepções sobre a política, influenciando assim também na criação e execução de medidas e ou políticas públicas. A análise foi feita a partir de uma perspectiva política, explorando a forma de como agem os *think tanks*, para que consigam chegar ao objeto de manipular o senso crítico de uma ou mais camadas da população e da classe política. Foi abordado, como estudo de caso, o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análises e Planejamento), o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), o BTTC (Conselho de *think tanks* do BRICS) e o Instituto *Millenium*. O marco temporal foi dividido em dois momentos, o primeiro corresponde ao período pré-governos militares até o começo da redemocratização (1961-1980), apresentando o IPES, CEBRAP e IPEA como estudos de caso desse período, e o segundo marco temporal corresponde ao período de 2006-2016, que correspondem ao segundo mandato de Lula da Silva como presidente até a queda do governo petista.

Palavras-chave: *think tanks*, *estabelecimento*, Brasil, golpe de estado, política.

ABSTRACT

The present article has the proposal of showing the influence exercised by the *think tanks* in Brazilian public opinion inside its perceptions about politics, influencing also in the creation and execution of the measures and or public politics. The analysis was made from a political perspective, exploring the way *think tanks* act, so that they can reach the object of manipulating the critical sense of one or more layers of the population and the political class. It was approached, as study of the case, the IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), the CEBRAP (Centro Brasileiro de Análises e Planejamento), the IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), the BTTC (Conselho de *think tanks* do BRICS) and the Instituto *Millenium*. The time frame was divided in two moments, the first one responds to the period of military pre-governments until the beginning of the redemocratization (1961-1980), presenting the IPES, CEBRAP and IPEA as studies of case from this period, and the second time frame corresponds to the period between 2006-2016, which corresponds to the second presidential term of Lula da Silva until the fall of the PT government.

Key-Words: *think tanks*, *estabelecimento*, Brazil, coup d'etat, policy

INTRODUÇÃO

“A propaganda a favor da ação inspirada por impulsos que estão abaixo do verdadeiro interesse, apresenta provas falsas, falsificadas ou incompletas, evita os argumentos lógicos e procura influenciar as suas vítimas pela simples repetição de frases feitas, pela denúncia louca de bodes expiatórios, estrangeiros ou domésticos, e pela associação hábil das paixões mais vis com os mais elevados ideais, de modo tal que são perpetradas atrocidades...” Admirável Mundo Novo - Huxley, A (1932).

Carece de convergência, a literatura que expõe o tema, em relação à definição de que organização pode ou não ser denominado um *think tank*, devido às diferenças de conteúdo, do formato de atuação e da captação pecuniária de diversos institutos (FRIDERICHS, 2016). Apesar de ainda ser muito reduzida a pesquisa científica sobre os *think tanks* e o seu papel dentro da sociedade moderna, existem relatos que estabelecem o início do século XX como berço desse tipo de organização.

A expressão “*think tank*”, empregada para determinar o tema que irá se debruçar o presente trabalho, é proveniente dos países anglo-saxões. Tendo em vista o não uso dessa terminologia e da propagação ainda tímida desse tipo de instituição no Brasil, ainda não se chegou a uma etimologia compatível na língua portuguesa (HAUCK & ÁVILA, 2014). Os *think tanks* constituem um significativo aparelho no que se refere à pesquisa e propagação de conhecimentos, em áreas distintas, na qual a interferência vem se alastrando cada vez mais em todo o globo, sendo adaptado e reproduzido em vários espaços e esferas ao redor do mundo. Fornece a especialistas que se consideram validados nas mais diferentes discussões em vários fóruns e organizações em todo planeta, vale salientar que os *think tanks*, estão de forma crescente exercendo influências nas áreas a que se propõe atuar (TEIXEIRA, 2007).

Desta forma, concordando com a produção global sobre esse objeto de pesquisa, o presente texto irá se debruçar sobre esse termo que fora conceituado durante a segunda Grande guerra, com intuito de definir o ambiente propício (*tank*) dentro do qual os especialistas civis e militares se estabeleciam para que assim pudessem aprimorar (*think*) as estratégias e táticas de inserção militares. Terminada a guerra, o conceito difundiu-se, já na

altura dos anos de 1960, para caracterizar diversos grupos e institutos de especialistas, atribuídos com a pesquisa das relações internacionais e de outras questões estratégicas. Foi na década de 1970, que a terminologia *think tanks* foi associada de forma ampla a instituições norteadas também em questões da política, da economia e da sociedade cotidiana (HAUCK & ÁVILA, 2014). A concretização dos *think tanks* americanos e sua capacidade evolutiva, representam um considerável aparelho de pesquisa e propagação de conhecimento, em variadas áreas, cuja interferência vem deixando de ser nativa para se tornar cada vez mais internacionalizada (TEIXEIRA, 2009). Institutos com ampla capacidade de articulação política, uma vez que seu staff consta, geralmente, com a colaboração de agentes políticos que tiveram e ou têm experiência dentro qualquer uma das esferas de poderes.

Mesmo se auto afirmando como não tendenciosos, os *think tanks* têm a característica de tutelar ambições específicas, que vão de encontro com o grupo que fora seu criador e/ou seu financiador. Sendo assim, usam de diversas estratégias para influir na política, desde a organização de palestras, cursos, conferências em universidades, criação de páginas na rede mundial de computadores, e até mesmo disponibilizando “experts” para cargos na máquina pública, em processos eleitorais, além de gozar de acesso a meios de comunicação para que se possa influenciar a opinião pública (FRIDERICHS, 2016). Os *think tanks* são um dos principais instrumentos de propagação ideológica no que se refere aos seus interesses, por intermediação desses centros ou institutos de pesquisa é realizado as produções e as propagações de seu ideário. Uma das características primordiais do trabalho empreendido pelos *think tanks* e de seus membros, é de se disporem como agentes de operação de sentido, legitimados por ideias e relatórios que trazem consigo raciocínios científicos e dados que ratifiquem a aceitação de uma ou mais propostas específicas (TEIXEIRA, 2009).

A partir do circuito de credos singulares, de onde essas instituições derivam, concede-se sua habilidade simbólica e, por consequência, sua produtividade e as suas decorrências no espectro político. O que se acredita no presente texto é que, mesmo com a capacidade de desempenhar um trabalho valoroso na área de pesquisa, não se pode garantir que sua essência se dê, continuamente, em cima da imparcialidade, mesmo que se pregue se almeje o ser, tendo em vista que isso possa não ser possível, por mais que o seja mais palatável. Dessa forma permite-se exprimir, em protótipos de universo social, aonde a verdade é tendente a quem as próprias se direcionam dentro de uma perspectiva histórica específica (GOODMAN, 1995). Fazendo um paralelo a uma das máximas da historiografia acadêmica de que “existe a história dos vencedores e a história dos vencidos”.

De forma simplificada, uma única ideia pode ser absorvida por perspectivas distintas em espaços temporais distintos. Vale salientar que, apesar da grande maioria dos *think tanks* que tem relevância em nosso trabalho, da qual se tem notícias, terem algum tipo de suporte de grandes corporações, por vezes também atentam interesses de blocos econômicos e governos (TEIXEIRA, 2009). Não faz parte do objeto desse trabalho, estabelecer um conceito unilateral de moralidade dividido entre o bem e o mal, não se faz presente o intuito de estabelecer qualquer juízo em cima do papel dos *think tanks*. A partir disso pode-se colocar como foco principal desse texto a explanação da influencia exercida dessas instituições dentro da esfera publica e acima de tudo na formulação da opinião do senso comum.

Dentro do primeiro recorte temporal a que o texto refere, que corresponde do período pré-governos militares ao início da redemocratização que atende aos anos de 1961-1980, se pode destacar a intensa instabilidade politica. Inserido no contexto mundial de polarização advindo da guerra fria, o Brasil, passava por um acirramento politico-ideológico de larga escala. O presidente Jânio Quadros eleito por uma aliança dos partidos mais conservadores do Brasil, após seis meses de governo, repentinamente, e influenciado, nas palavras do mesmo, por “forças terríveis” que se lançaram contra o ele. Forças essas, que na verdade representavam os interesses do grande capital nacional e internacional, que naquela altura, estavam envoltos por uma espécie de cólera anticomunista causado pela guerra de informações advinda da polarização ideológica mundial. Nesse cenário, o vice-presidente, que tinha sido eleito pela chapa do trabalhismo, João Goulart, teve dificuldades em assumir a presidência, tendo em vista os seus posicionamentos políticos. Jango, como era popularmente conhecido, era um fazendeiro, mas tinha forte apoio social do trabalhismo no Brasil, e carregava consigo a ideia de que o país precisava tomar algumas iniciativas, que mais tarde teriam a denominação de “reformas de base”, que visavam mudanças bancárias, fiscais, urbanas, administrativas, agrárias e universitárias. Isso bastou para que forças conservadoras, civis e militares, se rebelassem contra o seu governo, e no dia 1º de abril de 1964, tomassem de assalto a gestão do estado brasileiro, mergulhando o Brasil em período de 21 anos de ditadura militar. Jango estava longe de ser um comunista, mas para a elite brasileira e internacional, fazer pequenas transformações e rupturas dentro da sociedade, bastou para que fosse derrubado (DELGADO, 2009). Para que o ambiente, dentro da perspectiva do senso comum, principalmente tutelado dentro dos setores médios da sociedade brasileira, fosse propício à intervenção civil-militar do dia 1º de abril, o papel de vetor da ideia de que o Brasil corria um perigo de se tornar uma nova Cuba, foi feito por influência de *think tanks* como o IPES e o IBAD.

Para o melhor entendimento do papel dessas organizações, no que diz respeito à influência que os mesmos exercem na opinião pública, foi feito um paralelo na perspectiva da atuação desses institutos também em um segundo recorte temporal. Como os *think tanks* chegaram ao século XXI mais fortes e modernos, porém com a mesma capacidade de influir nos processos da sociedade (SANTORO, 2008). Assim como na maior parte dos países da América Latina no início do século XXI, o Brasil opta por um projeto político de centro esquerda, que fará um contraponto ao modelo econômico do neoliberalismo, que fora implementado no período pós-ditadura militar (1964-1985). Embora com uma forte presença da conciliação entre as classes sociais, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010), teve característica de redesenhar o mapa econômico brasileiro, descentralizando a produção nacional do eixo sul-sudeste, promoveu nesse período o acesso à distribuição de renda e à universidade, além de uma série de programas sociais que promoveu entre as camadas sociais mais baixas uma ascensão social significativa (POMAR, 2012).

Em 2010, após sete anos de governo, o Partido dos Trabalhadores consegue abarcar sua terceira vitória consecutiva no pleito presidencial elegendo Dilma Vana Rousseff, primeira mulher a chegar à presidência da república do Brasil. Nos anos seguintes, a economia brasileira, até então em superávit, começa a sentir os impactos advindos da crise do sistema financeiro internacional (POMAR, 2012).

Contudo, a representatividade da então Presidenta Dilma, parecia ter um alicerce concretizado, em abril de 2013 a mesma gozava do apoio de 70% dos brasileiros, demonstrando a aceitação majoritária de seu governo pela população. No final de maio de 2013, alguns movimentos sociais são duramente reprimidos pela força policial em São Paulo, em junho do mesmo ano começa uma espécie de massificação desses atos, que agora assumem um caráter “espontâneo”, sem uma pauta específica. O movimento que inicialmente não tinha cobertura das mídias tradicionais do Brasil, em um curto espaço, começa a fazer parte do cotidiano das coberturas televisivas e online. Em todas as unidades da federação, os protestos colocavam milhares de jovens, sem um direcionamento comum, nas ruas, um “fenômeno” social que ainda é objeto de estudo e continua sendo pouco entendido, conhecido como as *Jornadas de junho*. O que os setores mais conservadores da sociedade brasileira viam inicialmente como uma ameaça, rapidamente se tornou em um grande aliado (THEIS, 2013).

A mídia tradicional brasileira, que teria tido o apoio e foi apoiadora do regime ditatorial, utilizava de todos os artifícios, para direcionar aquela mobilização “espontânea” em direção ao governo federal, da então presidenta Dilma. Daí em diante o noticiário político

tradicional brasileiro encontrou espaço para uma verdadeira guerra midiática diária contra o governo do partido dos trabalhadores e seus aliados (BARBOSA & MARTINS, 2016). As consequências da crise financeira e a mobilização do setor conservador da classe media brasileira serviu como catalizador para que uma coalizão entre oligopólios midiáticos³, setores do judiciário, setores do empresariado, setores da polícia federal e a maioria do congresso nacional aprovassem o impeachment de Dilma Vana Roussef em 2016, o que permitiu a ascensão à gestão do estado o vice-presidente Michel Temer, que aplica uma política de profunda austeridade econômica e privatizações no Brasil que terá reflexos por vários anos. Nesse processo o papel de alguns *think tanks* fora de suma importância para que viesse a ser concretizada, o que se desenhava ser, uma ação articulada entre vários setores, ao qual os *think tanks* fizeram papel de fomentador de tais alianças.

REFERENCIAL TEÓRICO

- **Os *think tanks* na tríplice fronteira do mundo acadêmico, midiático e político.**

As instituições que aqui chamamos *think tanks*, no Brasil, operam majoritariamente com a persuasão política a partir da publicação de estudos, artigos e fornecendo seus especialistas ao debate midiático. Apresenta-se aí um caso claro de sujeito “híbrido” de pesquisador e *advocacy*, que desagua em um formador de opinião. Nas últimas décadas, principalmente após o processo de redemocratização, as concepções desses especialistas passaram a ter espaços de notoriedade no cotidiano das decisões políticas no Brasil. Dessa forma, no campo da disputa pelo poder, a coerção é substituída pela força da ideia. O uso desse tipo de atuação é intrinsecamente ligado a questão da manifestação de um ideário específico através do vocábulo e da linguagem (RIGOLIN & HAYASHI, 2011).

É notório, em qualquer sociedade, desde o período feudal, que os agentes que possuem prestígio na sua formação econômica, concebe em torno de si, uma intelectualidade que refere suas práticas tanto no campo econômico quanto no social e político (GRAMSCI, 1982). O trabalhador, cidadão do “baixo” clero da sociedade, mesmo sendo a base da

pirâmide social brasileira, não participa da elaboração de sua própria intelectualidade ou consciência crítica.

Pode-se destacar que o intelectual se distingue em ideologista e especialista. O primeiro domina a função de geração de ideias, promover debates com empenho na elaboração do consenso, sintetizar percepções sobre a ordem ou até mesmo conceber fundamentos que referendem o fluxo da atividade política. O especialista tende a ser detentor de saberes técnicos e/ou específicos, e por vezes desenvolve o trabalho de assessoramento político, dando a operação política um sentimento, mesmo que volátil, de fundamentação racional (BOBBIO, 1997). No caso dos *think tanks*, o intelectual, se apresenta em variação permanente, dependendo das disposições ao qual fora designado, há momentos em que se mostra ideologista (reproduzindo e produzindo perspectivas e contrapontos sobre as temáticas que aborda), e há momento em que se veste de especialista que aborda uma perícia específica. Essas organizações, desde seu nascedouro no início do século XX, apresenta como um de seus horizontes mais delineados, a profissionalização da ação política, no intuito de romper com caracterização política intrínseca nos sistemas de decisão do estado, mediante a inspiração e fomento a capacitação de especialistas nos mais distintos nichos de discussões (TEIXEIRA, 2007).

O objetivo desse trabalho não é fazer qualquer juízo maniqueísta da ação dos *think tanks*, mas não se pode deixar de observar que com o acirramento da disputa política no Brasil, especificamente nos dois recortes temporais que abordamos nesse texto, essas instituições cumprem papel fundamental no incentivo ao aprofundamento polaridade, e por vezes a beligerância da mesma. Essas organizações, seja no período pré-governos militares, seja no impeachment de Dilma Rousseff, fortaleceram o discurso conservador e anti-estado. Financiados por interesses, corporações e indivíduos específicos, fizera com que seus agentes tomassem para si uma roupagem com características fortes do *lobbysmo* perante as suas pretensões de serem estudiosos com opiniões "neutras". Sendo assim, o circuito de influencia do poder rompe a maquina governamental, ou governo, estado e a sociedade adentram em uma interação, aonde agentes e projetos de ação interagem, tornam-se simbioses e se confundem (RIGOLIN & HAYASHI, 2012)

No campo da política partidária, mesmo que de forma variada, seja a partir de fundações partidárias ou institutos e ONG's, atuam e tomam como intenção efetuar autoridade, dependendo isso da quantidade de recursos que detém e do tamanho da influencia

que exerce sobre a construção de políticas públicas. Dessa forma, se afirma que, são organizações elitistas, que efetuam sua influência e poderio alicerçada na *expertise*, sobrepondo a *vox populi*. Mesmo se aproximando a ofícios que geralmente são desempenhados por universidades, flutuam no limbo entre a atividade política e acadêmica, invocando o espírito da primeira e a capacidade de síntese da outra, mesmo não sendo representações leais entre si (MATTOS, 2015).

Ainda no contexto político partidário, os *think tanks* equivalem a centros de formação e fomento de convicções e apontamentos programáticos de governos que estruturam parcelas da essência dos partidos e grupos políticos, se encaixando nessa lacuna principalmente as fundações ligadas a partidos. Sendo assim, pode-se afirmar que essas organizações têm também o poder de influir nos programas partidários, tanto pela via da produção de elementos para criação de políticas públicas e suporte técnico, ou até mesmo pela realização de debates com viés na formação dos quadros a partir de reflexões teóricas (MATTOS, 2015).

Quando surge um novo instituto logo o mesmo se vê inserido em uma espécie de “corrida” por recursos e financiamento, isso quando não são desenvolvidos com fomento prévio, tendendo assim a formação de uma competitividade mercadológica de ideias, dessa forma apenas as ideias que se destacam por excelência serão objeto de estudo e ou irão servir na construção de plataformas que possam sanar dilemas do cotidiano das sociedades. Observa-se então, que a lógica do mercado desenha de uma forma ou de outra o horizonte da sociedade, a marca e a forma como se portam os *think tanks* são evidências concretas disso, toma-se como exemplo o caso da Suprema Corte americana que convoca organizações *Amicus Curiae* para amparar os processos decisórios do mesmo. Por vezes governos solicitam auxílio dos *think tanks* por estarem envolvidos, de forma negativa ou positiva, em rankings de diversos tipos de performances, criados pelos próprios *think tanks*, ficando claro nesses casos a criação de uma espécie de dependência de referendo (GOMIDES, 2016).

- **IPES**

Apesar de ainda não se definir como um *think tanks*, o IPES (Instituto de pesquisa de Estudos Sociais) foi um exemplo concreto de *think tanks* que trazia consigo o principal objetivo de fomentar formas de intervir na política nacional com intuito de gerar um clima

para influenciar a opinião pública à desestabilização do governo João Goulart (1960 – 1964). Criado de forma oficial em 29 de novembro de 1961, esse instituto foi resultado da junção de grupos do empresariado orgânico do Rio de Janeiro e São Paulo, e de forma rápida conseguiu o apoio das classes produtoras em diversos estados do país (OLIVEIRA, 2008).

O IPES logo que instalado, produziu material antigovernamental e o distribuiu em todo território nacional, associou o governo de Jango com o comunismo, fomentou debates, produziu palestras, produziu mais de uma dezena de filmes e ajudou na publicação de livros que criminalizava os movimentos sociais, além de financiar uma série de outros grupos que tinham a mesma iniciativa, como exemplo os Círculos Operários carioca e paulista, a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) do Rio, a União Cívica Feminina de São Paulo, o Instituto Universitário do Livro, e o Movimento Universitário de desfavelamento (PAULA, 2015). Não tardou a queda do presidente João Goulart, em 1º de abril de 1964, e a ascensão ao poder uma junta militar que deu plenos poderes às forças armadas de governar o país por mais de duas décadas advindo de um golpe de estado que trouxe sequelas profundas para as organizações sociais brasileiras.

No primeiro semestre de 1963, o congresso nacional, mais especificamente a câmara dos deputados, instalou uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou a relação do IPES e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), com denúncias de que ambos os institutos recebiam recursos internacionais para fomentar a desestabilização do país e financiar candidatos de oposição com tais recursos, a essa altura o IBAD, que tinha uma tática mais direta de intervenção, teve suas atividades institucionais encerradas, mas o IPES conseguiu ser absolvido e continuou sua atuação. A participação do IPES na destituição do governo Goulart, em 31 de março de 1964, pelos militares foi acima de tudo um resultado de um trabalho de marketing intenso. Porém, isso não coibiu que parte de seus componentes, de forma individual, atuassem de maneira mais incisiva. O reconhecimento dos seus feitos pelo regime militar, ocorre em 7 de novembro de 1966, quando foi declarado "órgão de utilidade pública" por decreto presidencial. O IPES paulista foi definitivamente encerrado em 1970, e o do Rio cessaram suas atividades em março de 1972 (PAULA, 2015).

- **CEBRAP**

Em contrapartida, a criação do Centro Brasileiro de Estudos Aplicados, (CEBRAP), abrigou a produção intelectual de certo modo, da centro-esquerda do Brasil durante o período militar. A mesma sentia uma necessidade de realizar uma produção que firmasse o

contrassenso ao regime. Mesmo o grupo já tendo iniciado discussões sobre a conjuntura brasileira em 1958, a institucionalização do centro só ocorrerá em maio de 1969, cercados pelo ato institucional nº 5 de 1968, que assim como deu plenos poderes ao então Presidente Garrastazu Médici de suspender as atividades do congresso nacional, aposentou compulsoriamente uma quantidade razoável dos quadros de professores das unidades de ensino superior (HAUCK & ÁVILA, 2014). Constava no quadro de staff do CEBRAP, nomes importantes para a produção acadêmica da época, alguns exemplos são Candido Procópio Ferreira Camargo, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Vinicius caldeira Brandt, entre tantos outros.

No início, o centro, teve um financiamento de algumas corporações internacionais como a FORD no Brasil, a partir das relações sociais de alguns de seus afiliados. Pesquisas de suma importância para a produção de uma “tela” do intelectualismo acadêmico contemporâneo brasileiro foram realizadas no CEBRAP, e a partir de 1971, junto com artigos e diversos estudos, começaram a ser publicadas em periódico próprio. Com o início do processo de redemocratização, o CEBRAP, que já gozava de reconhecimento por parte da academia e do meio político, se firma como um *think tanks*, e a convite do deputado Ulysses Guimarães, que viria a ser o presidente da câmara dos deputados quando outorgada a constituição de 1988, vários intelectuais começam a ter relações muito próximas com o MDB (Mobilização Democrática Brasileira), que a essa altura abrigava parte do centro e da esquerda política-partidária, e em seguida foram agentes importantes, com o fim do bipartidarismo, na criação do PMDB e PT (SORJ, 2001).

A partir disso, é inevitável um racha dentro do centro, que enfraquece e dá espaço para criação de outros institutos, mesmo que até os dias atuais ainda mantenha uma agenda, já não tão imponente, o CEBRAP serviu como incubadora para políticas públicas importantes que foram implementadas no Brasil, principalmente nas décadas de 80 e 90. (HAUCK & ÁVILA, 2014).

- **IPEA**

O IPEA é um exemplo de *think tanks* estritamente governamental. Criado em setembro de 1964, inicialmente, com o intuito de contribuir na formulação da política econômica do ministério do planejamento e, por conseguinte, do governo federal majoritariamente, a partir da elaboração de pesquisas, consultas, projeções setoriais e macroeconomias, e outros

objetivos no que diz respeito a coleta de dados para o governo. A sua função essencial era possibilitar a criação de estudos e pesquisas sobre a economia e a sociedade brasileira, obtendo dados e diagnósticos e projeções econômicas e sociais, que ajudassem na produção de políticas públicas do ministério por parte do governo federal. Também era função do IPEA, mas de forma mais tímida, dispor para a população brasileira, dados, informações e conhecimentos. (D'ARAÚJO, 2005).

A essa altura o Brasil atravessava uma profunda ruptura política que, em certo ponto, polarizou a sociedade, levando ao poder o vitorioso golpe de estado em abril de 1964, então vale salientar que, fora do governo militar a criação do IPEA, que garantiu ao quadro técnico do mesmo que respeitaria os dados e pesquisas do instituto, e que o mesmo serviria de “consciência crítica” do governo. Porém, em alguns momentos, ministros e secretários adjuntos fizeram críticas em relação a análises específicas ou direcionamentos econômicos. Mesmo com o famigerado Ato Institucional nº5, que fora promulgado em 1968, o IPEA e seu quadro técnico não teria sido coagido ou censurado. Contudo vale a pena destacar que o Serviço Nacional de Informação (SNI) mantinha uma Divisão de Segurança e Informação (DSI) dentro do instituto, assim como em todos os órgãos ligados a administração federal (BARBOSA, s/d).

Com o fim do regime militar o IPEA obteve ainda mais liberdade para aprofundar suas pesquisas na área social, produzindo estudos imprescindíveis para a formulação de políticas de estado, realizando a partir desse período, pela primeira vez, vale destacar, projeções macroeconômicas de médio e longo prazo, possibilitando ao estado brasileiro a obtenção de elementos que influenciassem as suas decisões para conjunturas sociais e econômicas futuras. Participou da elaboração de textos de orçamentos plurianuais e projetos de lei, o IPEA ainda é o principal fornecedor de informações coletadas em pesquisas e estudos, juntamente com IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), para a formulação de políticas estatais no Brasil, além de fazer ampla divulgação de sua produção em seu site (BARBOSA, s/d).

- **BRICS**

Foi do economista Jim O'Neill a criação do conceito BRICs, a partir de um estudo feito sobre os países emergentes dentro da economia global publicado em 2001, a sigla foi paulatinamente tomando forma de ferramenta para o uso de uma nova coalizão de economias emergentes, o que mais tarde viria a se tornar um bloco econômico, formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e alguns anos depois, África do Sul, foi um marco no que diz respeito ao

contra ponto econômico em relação ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Clube de Paris. Com reuniões e agendas próprias, os BRICs firmaram acordos bilaterais em vários setores que iam desde agricultura, exportações e importações de tecnologias e *commodities* até experiências educacionais. (ITAMARATY, 2016).

Dos encontros de preparação entre os representantes dos países que viriam a compor o bloco, de 2006 a 2009, decorreu-se à primeira cúpula de Chefes de estado e de governo do BRICS, que ocorreu em Ecatemburgo, Rússia, a altura de junho de 2009. O encontro teve a presença de Luiz Inácio Lula da Silva (Então presidente do Brasil), Dmitri Medvedev (Primeiro ministro Russo), Manmohan Singh (Primeiro ministro indiano) e Hu Jintao (Presidente da China), a essa altura a África do Sul ainda não tinha se tornado integrante do grupo, na oportunidade discutiu-se o papel do G-20, segurança energética, segurança alimentar, reforma de instituições multilaterais e o clima e suas mudanças. O horizonte do encontro foi tentar formar uma concretização do empoderamento dos países em desenvolvimento no meio de decisão das relações internacionais e na geopolítica mundial (TEIXEIRA, 2011). Depois de consolidado, o BRICS, estabeleceu a criação de alguns conselhos formativos e consultivos para ajudar na formulação e desenvolvimento dos trabalhos, dentre eles, destacamos a criação do Conselho de *think tanks* do BRICS (BTTC, sigla em inglês), os *think tanks* IPEA (Brasil), *National Committee for BRICS Research* (Rússia), *Observer Research Foundation* (Índia), *China Centre for Contemporary World Studies* (China) e *Human Sciences Research Council* (África do Sul) formam esse conselho, vale salientar o caráter governamental e ou estatal que se tem os *think tanks* citados (IPEA, 2014).

Uma vez instalado, o BTTC, além de fazer apontamentos que servem como alicerce para as discussões das reuniões de cúpula, cria-se a Rede de centros educacionais e *think tanks* científicos dos Brics, que tem como horizonte ser um meio de intercâmbio entre as comunidades científica e educacionais dos países que formam o bloco, promovendo dessa forma, a colaboração da produção acadêmica e científica no âmbito dos membros do bloco. Dessa forma, entende-se que o debate e troca de experiências no âmbito do desenvolvimento científico e tecnológico, além do âmbito educacional, se faz necessário para impulsionar o fortalecimento dessas áreas no que diz respeito aos cinco países (NERINT, 2015).

- **INSTITUTO MILLENIUM, Jornadas de Junho e o golpe de 2016.**

No ano de 2005 foi criado o Instituto *Millenium*, um *think tanks* que possui características similares ao IPES. Como alicerce programático, o Instituto *Millenium*, afirma defender a liberdade individual, a democracia, a liberdade de mercado, privatizações e um estado mínimo. Assim com o IPES, essa organização também se apresenta como imparcial a ideologias e diz não ter objetivos políticos específicos, e sim, que seu papel fundamental é o de promover o debate acerca dos problemas e soluções da sociedade brasileira. Na ideia de consolidar sua plataforma de interesses, o grupo tenta fazer com que suas propostas para os “problemas” do Brasil absorvam uma roupagem progressistas, modernas e não conservadoras. (PASTORE, 2012). “Se atenta com intuito formativo para as futuras gerações de empreendedores, economistas, professores de ciência política e blogueiros formularem soluções pragmáticas para os problemas de políticas públicas”, segundo uma das colunistas do Instituto *Millenium* (PINTO, 2016).

No site do instituto, essas ideias são postas de forma mais cristalina. Ao afirmar sua preocupação em defender a liberdade individual, a propriedade privada, a meritocracia, a economia de mercado e a democracia representativa, o instituto desnuda suas entranhas ao seu verdadeiro mote ideológico, que traz consigo as propostas do sistema econômico neoliberal, e demonstram dessa forma que o seu intuito é elaborar, difundir e executar um projeto de classe para o Brasil. O instituto tem apresentado o comportamento de articulador social e político com grande potencial de difusão de suas ideias (LEAL FILHO, 2013).

O *Millenium* defende as privatizações, o sistema financeiro, faz campanha permanente contra qualquer tipo de regulamentação dos oligopólios midiáticos brasileiros, propõe por deveras a retirada de direitos sociais e supressão de políticas afirmativas por parte do estado, conforme podemos observar de forma clara em seu site. Criada na necessidade de formulação da oposição midiática, intelectual e empresarial aos governos Lula- Dilma, o Instituto *Millenium* foi a realização concreta da junção de tais forças com intuito de fazer um contraponto direto a ascensão de governos trabalhistas na América latina. A instituição abriga dentro de seu quadro de colaboradores, financeiros e formuladores, nomes como Armínio Fraga (ex-presidente do banco central e forte defensor do estado mínimo, tem ligações umbilicais com o FMI, do qual já foi funcionário direto, Carlos Alberto Sardenberg (comentarista de economia da rede globo), Ali Kamel (diretor de jornalismo da Rede Globo), José Nêumanne Pinto (Comentarista político do SBT), Reinaldo Azevedo (Jornalista da

Revista Veja), dentre outros. O instituto *Millenium* é financiado pela Gerdau (Empresa de aço), por Roberto Irineu Marinho (Um dos donos da Rede Globo), pela família Frias (Folha de São Paulo), pela família Civita (Editora Abril), e algumas empresas internacionais como *Évora holding Company e Bank of America Merrill Lynch* (PASTORE, 2012).

Dessa forma, fica claro o tamanho da inserção dentro dos principais conglomerados midiático do país, podendo difundir de forma sistemática e endêmica tudo aquilo, que o instituto insiste em não chamar de ideologia e sim de preocupação com os problemas do Brasil. Assim como o IPES, o instituto *Millenium* trabalha de uma forma, em que a difusão de seu ideário é amplamente divulgada a partir de editoriais, palestras, oficinas e workshops dentro das universidades e instituições patronais por todo o Brasil, além da constante produção de vídeos, documentários e publicações de livros que “idiotizam” o trabalhismo na América Latina, e tentam a todo custo vender a ideia de que “o ideal de esquerda é velho e ultrapassado” não condiz com a modernização que o mundo passa (SENA FILHO, 2014).

A aprovação do governo de Dilma Rousseff atingia 70% no mês de abril de 2013, com o início das *jornadas de junho*, esse numero caiu para 30%, mesmo que no ano referido a economia brasileira não apresentasse nenhum declínio considerável. Nesse período o governo foi acometido de ataques diretos e incessantes por parte da grande mídia brasileira, que não cessaram até a sua queda. Os protestos, que eclodiram com a pauta do transporte público, logo se transformaram com a ajuda da manipulação midiática, em um movimento “apartidário” que depois se assumiu “apolítico”. A forma eloquente a qual os agentes que se destacaram como líderes desse movimento, mesmo não assumindo esse papel, se referiam aos partidos e organizações civis, logo se transformaram em coerção contra qualquer bandeira ou símbolo partidário, evidenciando assim as características “proto-fascista” dos que fomentaram nos “corredores” da política tradicional parte desse movimento. Algum desses mesmos agentes, hoje compõe o governo, pós-golpe, de Michel Temer. Dessa forma, as *jornadas de junho* de 2013, apontam que as redes sociais, o poder econômico e a grande mídia são capazes de influir diretamente em mobilizações de massas, e que os governos não conseguem fazer um mapeamento da origem dos recursos e as intenções que fomentam os *thinks tanks* centrados em desestabilizar governos (HORTA, 2017).

No início da década de 1980, o Instituto Liberal foi criado pelo empresário carioca Donald Stewart Jr, uma organização de pesquisas autointituladas “independentes”, que segundo Milton Friedman, teria como intuito o desenvolvimento soluções alternativas e mantê-las

disponíveis até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável (GOMIDES, 2016). O Instituto Liberal, assim como o Mises Brasil, compartilha-se como entidade irmã do Instituto *Millenium*, tendo características semelhantes que perpassa desde a forma como foi fundado até a sua atuação. Alguns *think tanks* têm a característica de fomentarem a criação de outros institutos e coletivos, construindo assim uma espécie de rede complexa de *think tanks*, que se mistura e se completa, realizando uma confusão na definição de quem é “mestre” e quem é “obra”. Um caso que expõe bem essa afirmação é a criação do grupo Estudantes pela liberdade (EPL), que nasceu a partir do Instituto Liberdade do Rio Grande do Sul, que por sua vez era uma expansão regional do já citado Instituto Liberal de Donald Stewart Jr. O EPL nasceu em 2012 com o horizonte de “desenvolver na juventude universitária o seu potencial máximo de liderança”. Com a eclosão das *Jornadas de Junho* o EPL, financiado por organizações estrangeiras, não podia levar para as ruas a bandeira de sua entidade. Com o intuito de reverter esse quadro, desenvolveram a tática de criar uma marca para a participação das manifestações massivas que estremeceram as bases da política brasileira, assim o EPL criou o Movimento Brasil Livre (MBL), que seria em 2015 um dos vetores da polarização política brasileira e, conseqüentemente um dos grupos que capitalizou as manifestações contra o governo de Dilma Rousseff. Os *think tanks Atlas e Students for Liberty* financiam o EPL, e são responsáveis pela difusão massiva da ideologia liberal em todo o continente americano principalmente a partir da formação de novos e jovens líderes políticos (FARIA & VALLEDA, 2017).

De forma insistente alguns dos já referidos especialistas quando convidados ao meio midiático colocam o Estado como sendo uma espécie de estrutura parasitária que subtrai da classe trabalhadora mais da metade dos rendimentos que essa produz e para destinar a si mesmo sem nenhuma contrapartida, e caso o Estado não existisse essa classe trabalhadora seria beneficiada. Essas opiniões em sua subjetividade apontam o intuito de fazerem propaganda pelo fim do estado, evidenciando assim uma agenda neoliberal. Aplicando de forma permanente a problemática dos impostos e secundarizando, muitas vezes deixando de lado, a questão dos juros, que não são aplicados em caso algum às contrapartidas para a sociedade. Apresentando-se uma estratégia cristalina de transformar o estado em uma espécie besta, uma “forrageira” ávida pelo rendimento dos contribuintes. A ideia central nesse caso é influir a opinião pública com a ideia de que a sociedade está sendo enganada e subtraída por um Estado calamitoso e corrupto, assim sendo uma saída menos dolosa a supressão drástica de impostos, seguindo nesse sentido, a diminuição de serviços públicos, e logo após com o

argumento de que o Estado não detém mais rendimentos suficientes para a gestão desses serviços, inicia-se o processo de privatizações de serviços e empresas públicas (MALHEIROS, 2014).

CONCLUSÃO

Como fechamento desse texto, entende-se que o papel que as organizações *think tanks* exercem, por deveras, ultrapassa o intuito de produzir pesquisa de qualidade. Essas organizações cumprem uma função social de suma importância para o desenvolvimento da sociedade como conjunto, e em outros casos se propõe a atuar enquanto agentes de interesses de corporações, governos e ideologias. Por muitas vezes, as produções, pesquisa e coletas de dados, são sutilmente manobradas para atender a propensões específicas, que em vários momentos mostraram a capacidade de influir de maneira discreta, porém direta, na formulação da opinião pública, tendo por diversas vezes a capacidade de influir também dentro do espectro político institucional.

O cruzamento de dados entre organizações que tenham a capacidade de propor avanços na sociedade mostra a possibilidade clara de horizontes ilibados e necessários para o avanço científico e social da humanidade, o que demonstra suas capacidades enquanto ferramenta de ascensão dos povos. O acesso continuado de *think tanks*, a serviço do *estabelecimento*, à mídia tradicional, no que se refere principalmente à concessão de “especialistas” para participar de boa parte da grade televisiva, tem se mostrado uma tática importante de “convencimento” e manipulação do ideário do senso-comum. Faz-se, de urgente importância, a necessidade de tentar compreender mais os agentes que transformam e formam nossa sociedade globalizada, para que se tenha um indicador sólido de qual horizonte a sociedade quer avançar. E nesse sentido, compreender o papel que os *think tanks* cumprem dentro da sociedade moderna, é de extrema relevância. Ao estado e a sociedade civil organizada, cabe o papel de criar mecanismos de acompanhamento dessas organizações, sem interferir no trabalho da mesma, a não ser que a referida organização tenha interesses que possam ir de contra aos interesses do coletivo da sociedade.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BARBOSA, B.; MARTINS H.; **O papel da mídia nas manifestações de 13 de março**, 2016. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/03/o-papel-da-midia-nas-manifestacoes-do-13-de-marco-1359.html>>. Acesso em 10 de nov. 2016.

BARBOSA, W.; **Planejamento e IPEA no Brasil: de 1964 aos Anos 2000, reconstituição de um itinerário por meio de entrevistas**. Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. (Sem data)

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, 1997

D'ARAUJO, M. D, DE FARIAS, I. C. e HIPPOLITO, C. (Orgs). **IPEA – 40 Anos: uma trajetória voltada para o desenvolvimento**. Depoimentos ao PDOC. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2005.

DELGADO, L.A.N.; **O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: Memória, historia e historiografia**. Tempo, 2009.

FARIA, G.; VALLEDA, L.; **Nova Direita: *think tanks*, apoio externo, rede social**. 2017. Disponível em:<<http://outraspalavras.net/outrasmidias/capa-outras-midias/nova-direita-think-tanks-apoio-externo-e-redes-sociais/>>. Acesso em 11 de junho de 2017

FRIDERICHS, L. E.; **A Importância Dos *think tanks* Para A Divulgação Do Neoliberalismo No Brasil**. Revista Discente do Programa de Pós- Graduação em História - UFJF. ISSN, 2359-4489, 2016.

GOMIDES, R. ***think tanks* e mercado de ideias**. 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/think-tanks-e-o-mercado-de-ideias/>>. Acesso em 20 de março de 2017

GOODMAN, N.; **Modos de Fazer Mundos**. Porto: Edições ASA, 1995.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Coleção Perspectivas do Homem. Volume 48. Série Filosofia, 4ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1982.

HAUCK, J.C.R.; ÁVILA, R.O.; **Os *think tanks* Brasileiros e Suas Contribuições Para o Pensamento Social e Político: Um Resgate Histórico-Exploratório Sobre O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)**. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 15, n. 23, 2º sem, 2014.

HORTA, F.; **2013: as selfies revolucionárias horizontais e apolíticas**. 2017. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/blogfernando/2013-as-selfies-revolucionarias-horizontais-e-apoliticas>>. Acesso em 11 de junho de 2017.

IPEA; **BRICS: *think tanks* analisarão crescimento de longo prazo**. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=22930>. Acesso em 5 de nov. 2016.

ITAMARATY; **Informação sobre o BRICS**. 2016. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/sobre-o-brics/informacao-sobre-o-brics>. Acesso em 3 de nov. 2016.

LEAL FILHO, L.L.; **Em 1964, havia o IPES e o IBAD. Hoje, o *Millenium***. 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/laurindo-leal-em-1964-havia-o-ipes-e-o-ibad-hoje-o-millenium.html>>. Acesso em 7 de nov. 2016.

MALHEIROS, J.V.; **Da propaganda neoliberal como uma das belas-artes**. 2014. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2014/06/10/economia/noticia/da-propaganda-neoliberal-como-uma-das-belasartes-1639326>>. Acesso em 3 de maio de 2017.

MATTOS, F.P.; **Fundações Partidárias e *think tanks* no Brasil: uma proposta de análise**. 6º Seminário Nacional de Sociologia & Política, GT 5 - Partidos e Sistemas de Partidos. Curitiba, 2015

NERINT; **Criação da rede de centros educacionais e *think tank* científicos dos BRICS**, 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/criacao-da-rede-de-centros-educacionais-e-think-tanks-cientificos-dos-brics-brics-network-of-educational-centers-scientific-think-tanks/>>. Acesso em 5 de nov. 2016.

OLIVEIRA, C.F.; **Ipês e Ibad: A crise política da década de 60 e o advento do golpe Civil-Militar de 1964**. Revista eletrônica - Historia e Reflexão. 2008.

PASTORE, B.; **Complexo IPES/IBAD, 44 anos depois: Instituto *Millenium*?**. Aurora, Marília, v5, n.2, 2012.

PAULA, C.J.; **O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES**. 2015. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais>. Acesso em: 30 de out. 2016.

PINTO, P.P.; ***think tanks*: Priscila Pereira Pinto explica o que são e porque precisamos deles**. 2016. Disponível em: <<http://institutomillenium.org.br/artigos/tanks-priscila-pereira-pinta-explica-porque-precisamos-deles/>> . Acesso em : 27 de maio de 2017

POMAR, V.; **Notas sobre a política internacional do PT**. Textos para debate, vol. 7. Secretaria de relações internacionais do PT, 2012.

RIGOLIN, C.C.D; HAYASHI, M.C.P.I.; ***Expertise* e formulação de políticas: propostas de marco analítico e metodológico para investigação de *think tanks* brasileiros**. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos - CODE 2011.

RIGOLIN, C.C.D; HAYASHI, M.C.P.I.; **Por dentro dos "reservatórios de ideias": uma agenda de pesquisa para os *think tanks* brasileiros**. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2012.

SANTORO, M.; **Os *think tanks* e sua política externa dos EUA - A arte de pensar o impensável (Resenha)**. CONTEXTO INTERNACIONAL, Rio de Janeiro, vol. 30, no 3, setembro/dezembro 2008.

SENA FILHO, D.; **É o Pré-sal, a Dilma e o Lula, estúpido! O instituto *Millenium* também...**, 2014. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/artigos/163762/%C3%89-o-Pr%C3%A9-Sal-a-Dilma-e-o-Lula-est%C3%BApido!-O-Instituto-Millenium-tamb%C3%A9m.htm>>. Acesso em 9 de nov. 2016.

SORJ, B. **A construção intelectual do Brasil Contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

TEIXEIRA, T.; **Os BRICS na Visão dos principais *think tanks* norte-americanos**. Carta internacional Vol. 6, N.2, 2011.

TEIXEIRA, T.; **Os *think tanks* e sua influência na política externa dos EUA.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.

TEIXEIRA, T.; **Os *think tanks* norte-americanos e sua fábrica de visões de mundo.** I seminário Nacional sociologia & política UFPR, 2009.

THEIS, I. M.; **A primavera Brasileira: em pleno outono?.** Jornadas de Junho: Repercussões e leituras. Campina Grande: EDUEPB, 2013.